

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
2002 = 100

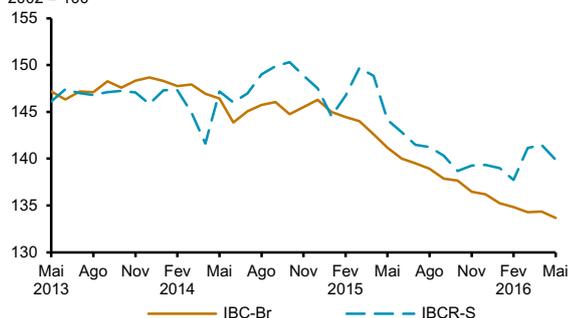
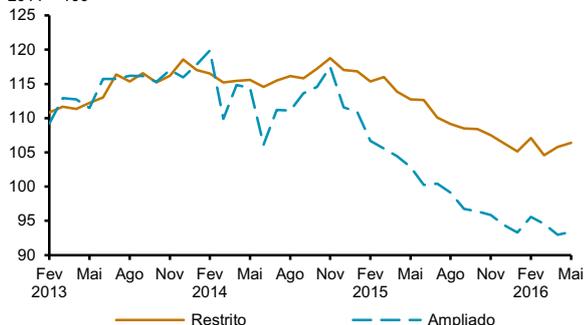


Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-4,3	-1,8	-0,6	-6,9
Combustíveis e lubrificantes	-4,9	-2,1	-2,3	-9,5
Hiper e supermercados	-3,2	-1,0	0,1	-5,6
Tecidos, vestuário e calçados	-8,6	-0,3	-1,5	-9,4
Móveis e eletrodomésticos	-11,1	-6,9	0,8	-12,7
Comércio varejista ampliado	-11,1	-2,0	-0,8	-12,1
Automóveis e motocicletas	-23,3	-1,4	0,5	-22,3
Material de construção	-6,7	-1,5	-2,8	-9,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A trajetória mais recente dos principais indicadores econômicos da região sinaliza acomodação do processo de retração da atividade observado no Sul, embora o mercado de trabalho seguisse em distensão e as operações de crédito mostrassem arrefecimento compatível com o processo de ajuste econômico em curso no país. Nesse contexto, em que as vendas varejistas registraram retração mais moderada e a produção da indústria, relativa estabilidade, o IBCR-S, favorecido pela apropriação das safras de verão, em especial de soja, cresceu 1,6% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 0,5% nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador contraiu 4,7% em maio (recoo de 2,8% em fevereiro e aumento de 0,9% em maio de 2015).

As vendas do comércio ampliado recuaram 0,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuíram 2,0%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as reduções nas vendas de equipamentos de informática e comunicação (10,9%) e de material de construção (2,8%), e as elevações nos segmentos veículos (0,5%) e móveis e eletrodomésticos (0,8%). As vendas do comércio varejista, excluídas as variações nas de veículos e de material de construção, retraíram 0,6% no trimestre (-1,8% no encerrado em fevereiro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado decresceram 12,1% em maio, ante recuo de 11,7% em fevereiro (automóveis, -22,3%; móveis e eletrodomésticos, -12,7%; combustíveis e lubrificantes, -9,5%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 3,7%). As vendas do comércio varejista recuaram 6,9% e 5,4%, respectivamente, nos períodos mencionados.

As vendas de automóveis e comerciais leves novos na região totalizaram 177,5 mil unidades no primeiro

Tabela 5.2 – Volume de serviços – Sul

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

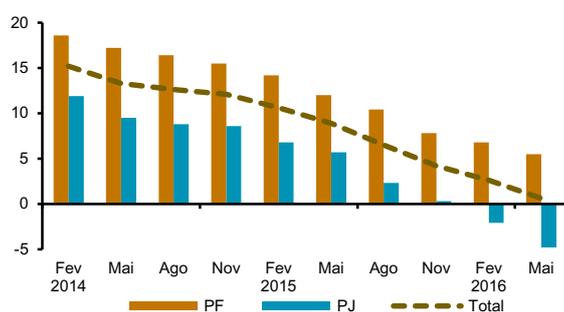
Segmentos	Var. %			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	-4,0	-3,8	-5,7	-4,6
Serviços prestados às famílias	-5,7	-3,6	-7,1	-5,8
Serviços de informação e comunicação	0,7	-2,0	-0,9	-0,8
Serviços profissionais e administrativos	-4,9	-6,3	-7,8	-6,4
Transportes e correios	-7,9	-4,9	-10,1	-7,5
Outros serviços	-7,0	-7,5	-1,8	-6,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.3 – Evolução do emprego formal – Sul

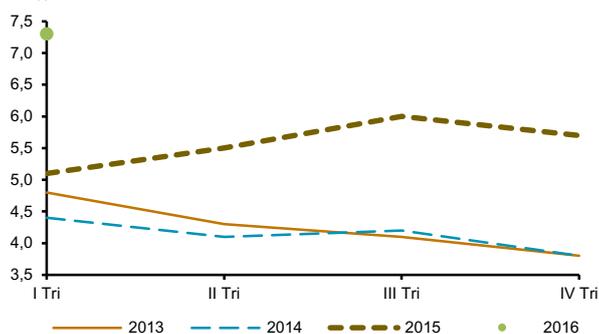
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-11,0	-103,6	-58,9	-90,1	-38,2
Indústria de transformação	-8,0	-57,9	-45,7	-36,1	-8,4
Comércio	0,3	-21,7	8,0	-23,1	-8,9
Serviços	9,9	-13,7	-11,6	-21,2	-5,2
Construção civil	-3,2	-11,0	-14,0	-13,5	-4,2
Agropecuária	-11,2	2,1	5,2	6,4	-13,0
Serviços ind. de utilidade pública	-0,4	-0,3	0,0	0,0	0,1
Outros ^{2/}	1,5	-1,1	-0,9	-2,6	1,4

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.4 – Taxa de desocupação – Sul

Fonte: IBGE (PNADC)

semestre, segundo a Fenabreve, recuando 24,9% em relação ao primeiro semestre de 2015 e situando-se no menor patamar para o semestre desde 2006. As vendas acumuladas em doze meses totalizaram 404,6 mil unidades em junho, retraindo 32,2% em relação a igual intervalo no ano anterior.

O volume de serviços no Sul recuou 2,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia variado -0,7%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O indicador, considerados intervalos de doze meses, variou -4,6% em maio (transportes e correios, -7,5%; outros serviços, -6,9%).

O mercado de crédito, repercutindo a atividade econômica frágil, seguiu mostrando arrefecimento. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil realizadas na região somou R\$547,8 bilhões em maio, variando -0,5% no trimestre e 0,6% em doze meses. As operações com recursos direcionados totalizaram R\$298,8 bilhões, variando -0,1% e 2,6%, respectivamente, e as efetuadas com recursos livres, R\$249,0 bilhões, com recuos de 1,0% no trimestre e de 1,6% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas atingiu R\$302,9 bilhões, crescendo 0,8% no trimestre e 5,5% em doze meses, sobressaindo, na avaliação trimestral, o desempenho das modalidades financiamentos imobiliários, financiamento rural e crédito consignado. As operações com pessoas jurídicas somaram R\$245,0 bilhões, com reduções de 2,1% no trimestre e de 4,8% em doze meses, refletindo, na margem, a trajetória do saldo das operações com outros serviços (serviço de telefonia fixa comutada).

A inadimplência das operações de crédito na região atingiu 3,4% em maio, aumentando 0,1 p.p. no trimestre e 0,8 p.p. em doze meses. No trimestre, houve redução de 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e elevação de 0,4 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de 3,1% e 3,9%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para a região somaram R\$10,4 bilhões no primeiro semestre e R\$24,2 bilhões no período de doze meses encerrado em junho, recuando 31,3% e 33,2%, respectivamente, em relação a iguais períodos em 2015.

A ICF, indicador divulgado pela CNC, atingiu 76,1 pontos no segundo trimestre de 2016, ante 82,3 pontos no trimestre anterior e 100,8 pontos em igual intervalo de 2015. Destacaram-se, nas duas bases de comparação, a piora na

Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-2 099	-2 071	2 343	3 142
Governos estaduais	-1 831	- 908	2 317	3 124
Capitais	- 125	- 395	19	18
Demais municípios	- 143	- 768	7	0

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2015	Nominal	Outros ^{4/}		
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
Total	100 214	-2 071	3 142	1 071	- 947	100 338
Gov. estad.	99 952	- 908	3 124	2 216	-1 109	101 058
Capitais	1 518	- 395	18	- 377	153	1 295
Demais municípios	-1 256	- 768	0	- 768	10	-2 015

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 5.6 – Dívida líquida – Sul^{1/}

Discriminação	R\$ milhões		
	2014	2015	2016
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	9 919	11 584	11 550
Renegociação ^{2/}	65 822	71 553	72 982
Dívida externa	10 197	14 963	13 731
Outras dívidas junto à União	3 768	4 168	4 102
Dívida reestruturada	213	313	285
Disponibilidades líquidas	-6 012	-2 367	-2 312
Total (A)	83 907	100 214	100 338
Brasil^{3/} (B)	655 704	793 064	731 720
(A/B) (%)	12,8	12,6	13,7

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

avaliação sobre o momento para aquisição de bens duráveis. Dentre os sete componentes do indicador, apenas o relativo à renda atual (122,6 pontos) manteve-se acima da zona de indiferença (100 pontos).

O Icec, calculado pela CNC, atingiu 78,5 pontos no segundo trimestre (79,3 pontos no anterior e 81,8 pontos em igual período de 2015), situando-se em área que indica falta de confiança (abaixo de 100 pontos) pelo sexto trimestre consecutivo. Ressalte-se que o recuo trimestral repercutiu, em especial, as reduções de 4,1 pontos nos componentes que avaliam a situação atual da empresa e a expectativa de contratação de funcionários.

O mercado de trabalho do Sul continuou refletindo o menor dinamismo econômico observado na região. Dados do Caged/MTPS registraram a extinção de 38,2 mil postos formais no trimestre encerrado em maio (-11 mil em igual período de 2015). Destacaram-se os cortes na agropecuária (13 mil, sendo 10 mil em lavouras permanentes), no comércio (8,9 mil) e na indústria de transformação (8,4 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal diminuiu 1,0% no trimestre finalizado em maio (-0,7% no encerrado em fevereiro).

A taxa de desemprego, divulgada pela PNAD Continua do IBGE, atingiu 7,3% no trimestre encerrado em março, ante 5,1% em igual período de 2015, repercutindo crescimento de 2,3% na PEA e redução de 0,1% na população ocupada. O rendimento médio habitual real e a massa salarial real recuaram 6,3% e 6,0%, respectivamente, no trimestre.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$2,1 bilhões no primeiro trimestre do ano, mesmo patamar observado em igual período de 2015. Houve redução de 50,4% no *superavit* dos governos estaduais e elevações respectivas de 215,2% e 437,5% nos das capitais e dos principais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$3,1 bilhões no período e o resultado nominal, *deficit* de R\$1,1 bilhão (R\$2,3 bilhões e *deficit* de R\$244 milhões em igual período de 2015).

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$100,3 bilhões em março de 2016 (13,7% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país), elevando-se 0,1% em relação a dezembro de 2015.

Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2015			Maio de 2016		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
PR	19 115	- 778	1 367	17 787	- 421	1 758
RS	68 912	- 511	7 627	70 817	607	8 954
SC	12 186	336	2 030	12 164	514	2 273
Total (A)	100 214	- 953	11 024	100 768	700	12 985
Brasil^{4/} (B)	793 064	-11 900	85 611	742 497	1 552	99 286
(A/B) (%)	12,6	8,0	12,9	13,6	45,1	13,1

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 5.8 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2015	2016	
Grãos	72,2	75 879	74 189	-2,2
Soja	43,8	34 932	35 404	1,4
Milho	12,4	24 486	22 259	-9,1
Arroz (em casca)	9,1	9 925	9 009	-9,2
Trigo	3,8	4 827	5 740	18,9
Feijão	2,6	992	816	-17,7
Outras lavouras				
Fumo	8,4	849	670	-21,0
Cana-de-açúcar	3,7	51 278	51 594	0,6
Mandioca	3,5	5 877	5 197	-11,6
Maçã	1,9	1 253	1 032	-17,6
Uva	1,4	1010	496	-50,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Tabela 5.9 – Preços médios pagos ao produtor – Sul

Produtos	Variação % no período		
	2015		Acumulado no ano ^{3/}
	Mês ^{1/} (Jun)	Trimestre ^{2/} (Abr-Jun)	
Soja	10,7	5,5	24,4
Arroz (em casca)	5,3	1,6	15,2
Feijão	26,5	13,6	33,4
Milho	-0,5	22,7	71,9
Trigo	8,5	7,5	28,2

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até junho em relação ao mesmo período do ano anterior.

7/ Considerado o IGP-DI como deflator.

8/ Considerado o IGP-DI como deflator.

9/ Emater/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural; Cepa/SC - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina; e Seab/PR - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná.

10/ Corrigido pelo IGP-DI.

Considerados dados agregados, os governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul registraram *deficit* primário de R\$700 milhões no período de doze meses até maio de 2016. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$12,3 bilhões e o *deficit* nominal, R\$13,0 bilhões (R\$12,0 bilhões e *deficit* de R\$11,0 bilhões, na ordem, em igual período de 2015).

O endividamento líquido dos três segmentos subnacionais da região atingiu R\$100,8 bilhões em maio (13,6% do total dos estados, capitais e principais municípios do país), retraindo 7,4% em relação a dezembro de 2015.

A receita de ICMS totalizou R\$30,6 bilhões nos cinco primeiros meses do ano, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, e as secretarias da fazenda estaduais, registrando recuo real⁷ de 0,6% em relação a igual intervalo de 2015. As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, somaram R\$9,2 bilhões no período (R\$9,3 bilhões em igual intervalo de 2015), conforme a STN, recuando 11,4% em termos reais⁸, relativamente ao período anterior).

A produção agrícola da região foi afetada por ocorrências climática adversas registradas no segundo trimestre do ano. A safra de grãos para 2016 está estimada em 74,2 milhões de toneladas (38,7% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho do IBGE. A retração anual de 2,2% incorpora projeções de recuos para as colheitas de feijão (17,7%), arroz (9,2%) e milho (9,1%), e de aumentos para as de soja (1,4%) e de trigo (18,9%). No âmbito das demais culturas, estão projetadas reduções para as produções de uva (50,9%), fumo (21,0%) e maçã (17,6%).

As cotações médias de milho, feijão, trigo, soja e arroz variaram 71,9%, 33,4%, 28,2%, 24,4% e 15,2%, respectivamente, no primeiro semestre de 2016, em relação ao mesmo intervalo de 2015, de acordo com a Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR⁹.

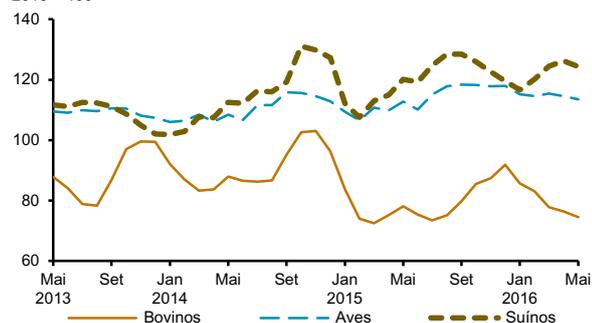
O VBP real¹⁰ das lavouras, calculado em junho pelo Mapa, deverá recuar 1,2% em 2016, destacando-se as projeções de aumentos para os relativos a trigo (29,4%), milho (8,6%) e soja (2,8%), e de recuos para os relacionados a arroz (14,6%) e feijão (7,3%).

Tabela 5.10 – Indicadores da pecuária – Sul

Maio de 2016

Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	0,5	45,0	3,1
Suínos	8,1	55,5	-3,2
Aves	3,6	15,6	16,6

Fonte: Mapa, Emater/RS, Cepea/USP, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

Gráfico 5.5 – Abates de animais – SulMédia móvel trimestral
2010 = 100

Fonte: Mapa

Tabela 5.11 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	Pesos ^{1/}	2016		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,7	0,1	-9,4
Produtos alimentícios	19,7	2,1	2,6	1,0
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	8,6	-2,8	-28,6
Máquinas e equipamentos	8,8	-11,0	7,6	-21,0
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-6,5	-7,4	-4,2
Outros produtos químicos	5,7	1,1	-4,3	-4,8
Produtos de metal	5,7	-3,1	-7,5	-12,4
Artigos de vestuário e acessórios	3,9	-9,6	3,1	1,0
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	4,0	0,1	8,8	-18,3

Fonte: IBGE

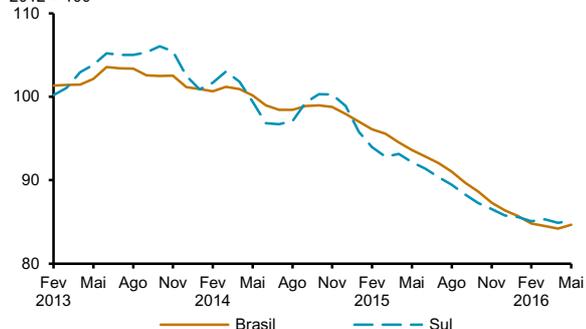
1 / Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2 / Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.6 – Produção industrial

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

11/ Valores superiores a 50 pontos representam excesso de estoques.

Os abates de suínos, aves e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, aumentaram 8,1%, 3,6% e 0,5%, respectivamente, nos primeiros cinco meses de 2016, em relação a igual intervalo de 2015, de acordo com o Mapa. Na mesma base de comparação, as cotações médias desses produtos variaram, na ordem, -3,2%, 16,6% e 3,1%, segundo a Emater/RS, a Cepa/SC, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP) e a Seab/PR, e as respectivas exportações aumentaram 55,5%, 15,6% e 45,0%, conforme o MDIC, destacando-se as elevações nas de bovino e suínos, para Hong Kong e China.

O VBP real da pecuária deverá recuar 5,4% em 2016, segundo estimativa do Mapa realizada em junho. Estão projetados decréscimos para os VBP dos itens suínos (13,6%), leite (8,1%), ovos (4,8%), frango (3,3%), bovinos (0,8%).

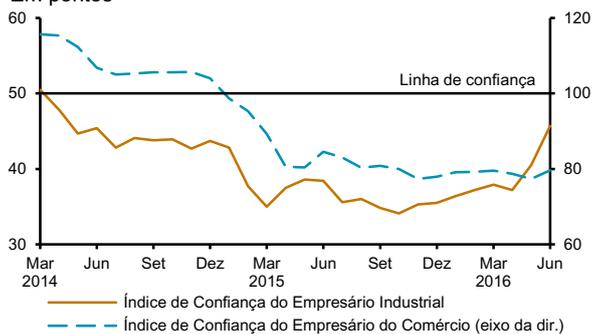
A produção industrial do Sul variou 0,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 1,7%, nessa base de comparação, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE. Houve ampliação na fabricação de oito das dezoito atividades pesquisadas (materiais elétricos, 8,8%; máquinas e equipamentos, 7,6%; máquinas, aparelhos e produtos de metal, -7,5%; refino e derivados de petróleo, -7,4%).

Considerados intervalos de doze meses, a retração na produção industrial atingiu 9,4% em maio (-9,2% em fevereiro), com destaque para o impacto das reduções nas atividades veículos automotores (28,6%) e máquinas e equipamentos (21,0%), mitigados pelo aumento de 15,1% na produção de papel e celulose.

O Icei do Sul, elaborado pela CNI, atingiu 41,1 pontos no segundo trimestre, ante 37,2 pontos no anterior e 38,2 pontos em igual período de 2015, mantendo-se na região de confiança reduzida (abaixo de 50 pontos), mas mostrando recuperação. Consideradas médias de doze meses, o Icei atingiu 37,2 pontos em junho, patamar mais elevado desde novembro de 2015, nessa base de comparação.

Os estoques de produtos finais da indústria de transformação mantiveram-se acima do planejado¹¹ no trimestre finalizado em maio (52,3 pontos), segundo a Sondagem Industrial da CNI. Ressalte-se que a média do indicador nacional atingiu 49,4 pontos, e o Sul foi a única região com excesso de estoques no período.

Gráfico 5.7 – Confiança do empresariado – Sul
Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Tabela 5.12 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	19 431	19 178	-1,3	-4,3
Básicos	10 094	10 083	-0,1	-6,3
Industrializados	9 337	9 095	-2,6	-0,2
Semimanufaturados	1 414	1 664	17,7	0,1
Manufaturados ^{1/}	7 923	7 431	-6,2	-0,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.13 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	18 682	13 473	-27,9	-27,7
Bens de capital	2 740	1 896	-30,8	-18,6
Bens Intermediários	11 400	8 492	-25,5	-25,6
Bens de consumo	3 144	2 146	-31,7	-26,4
Duráveis	1 040	575	-44,7	-47,6
Automóveis de passageiros	707	390	-44,8	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	2 104	1 571	-25,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	1 398	939	-32,9	-48,0
Petróleo	1 143	629	-45,0	-47,0
Demais	255	310	21,6	-48,4
Bens não especificados	0	0	-	29,1

Fonte: MDIC/Secex

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria do Sul¹² atingiu média de 75,9% no trimestre finalizado em maio (76,2% no encerrado em fevereiro), segundo dados dessazonalizados das federações das indústrias.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram, de acordo com a Fenabreve, 7,4 mil unidades no primeiro semestre e 16,6 mil unidades no intervalo de doze meses até junho, representando recuos respectivos de 27,7% e 45,7% em relação a iguais períodos de 2015.

O comércio externo da região repercutiu o ambiente de retração da demanda doméstica e apreciação da taxa de câmbio, em termos interanuais, contribuindo favoravelmente para mitigar os efeitos negativos da recessão. A balança comercial do Sul foi superavitária em US\$5,7 bilhões no primeiro semestre de 2016 (*superavit* de US\$749 milhões no mesmo intervalo de 2015), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$19,2 bilhões e as importações, US\$13,5 bilhões, reduzindo-se 1,3% e 27,9%, respectivamente.

O recuo das exportações repercutiu variações de 13,4% no *quantum* e de -12,9% nos preços. Os embarques de produtos básicos (52,6% do total) diminuíram 0,1% (soja, 3,3%; fumo, -12,7%) e os de produtos manufaturados (38,7% do total), 6,2% (motores para veículos, -17,8%; bombas e compressores, -12,1%; e partes e peças para veículos, -16,8%; automóveis¹³, 33,2%). As vendas de semimanufaturados aumentaram 17,7% (celulose, 895,4%). China, Argentina e EUA adquiriram, em conjunto, 41,3% das vendas externas da região no semestre, destacando-se os aumentos nos embarques de soja, para a China (7,4%), de automóveis, para a Argentina (40%) e de celulose, para China, Itália e EUA, e as reduções nos relativos a motores para veículos para EUA e Argentina (26,0% e 33,2%, respectivamente).

A retração das importações repercutiu decréscimos de 12,0% na quantidade e de 18,1% nos preços. Houve reduções nas aquisições em todas as categorias de uso: matérias-primas e produtos intermediários (63,0% do total), 25,5% (partes e peças para veículos, -19,6%; polímeros de etileno, -46,7%; naftas, -33,9%); bens de capital, 30,8% (veículos de carga, -33,5%); bens de consumo duráveis, 44,7% (automóveis, -44,8%); bens de consumo semiduráveis

12/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para 2010.

13/ Impulsionadas pelo aumento de 47,0% nas vendas do Paraná.

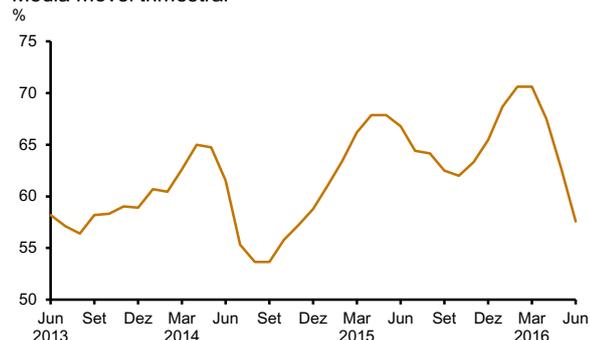
Tabela 5.14 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,78	2,74	2,71	1,67
Livres	76,1	1,56	2,64	2,74	1,88
Comercializáveis	37,1	1,92	2,73	3,06	2,11
Não comercializáveis	39,0	1,22	2,55	2,43	1,66
Monitorados	23,9	2,49	3,06	2,62	1,02
Principais itens					
Alimentação	25,9	1,99	4,20	4,59	2,75
Habitação	15,5	4,11	1,55	1,06	0,14
Artigos de residência	4,5	2,43	1,21	2,14	0,64
Vestuário	6,6	-0,06	3,02	0,88	2,28
Transportes	18,6	0,93	3,89	2,50	-0,41
Saúde	11,3	1,29	1,77	2,29	4,98
Despesas pessoais	10,1	1,28	1,55	2,33	1,88
Educação	3,9	1,47	0,74	7,34	0,48
Comunicação	3,5	0,37	2,15	-0,74	2,22

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016

Gráfico 5.8 – IPCA – Índice de difusão – Sul
Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

e não duráveis, 25,3% (inseticidas e herbicidas, -26%); e combustíveis, 32,9%. As compras provenientes da China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 41,8% das realizadas pela região no primeiro semestre de 2016, destacando-se as reduções nas de partes e peças para veículos da Argentina (29,7%), de polímeros de etileno da Argentina e EUA (22,3% e 24,0%, respectivamente) e de veículos de carga, da Argentina (34,0%).

O IPCA no Sul¹⁴ variou 1,67% no segundo trimestre de 2016, ante 2,71% no primeiro. Houve desaceleração dos preços livres, de 2,74% para 1,88%, e dos monitorados, de 2,62% para 1,02%, esta impactado por recuos de preços nos itens gasolina (4,14%) e energia elétrica residencial (4,93%).

O arrefecimento dos preços livres repercutiu reduções nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 3,06% para 2,11% (etanol, -13,14%; carnes, -2,05%; leites e derivados, 17,71%) e dos bens não comercializáveis, de 2,43% para 1,66% (frutas, -14,52%).

O índice de difusão atingiu 57,6% no segundo trimestre de 2016 (70,6% no primeiro e 66,8% em igual período de 2015).

Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA da região atingiu 9,20% em junho, ante 10,34% em março. A desaceleração refletiu arrefecimento na variação dos preços monitorados, de 12,39% para 9,50%, e dos preços livres, de 9,71% para 9,11% (bens comercializáveis, de 10,92% para 10,18%; não comercializáveis, de 8,58% para 8,09%).

A trajetória da economia na região nos próximos trimestres segue condicionada pelos impactos da consolidação da melhora dos níveis de confiança dos agentes sobre as atividades varejista e industrial. Ressalte-se que a continuidade do desempenho favorável do setor externo e da renda da produção agrícola podem constituir vetores de alta para o dinamismo da economia da região.

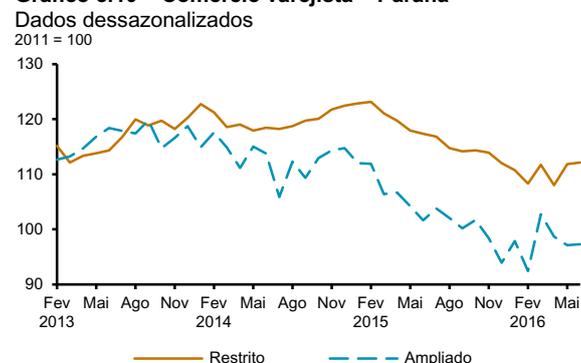
14/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Paraná

Gráfico 5.9 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados



Gráfico 5.10 – Comércio varejista – Paraná
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.15 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015 Ano	2016 Fev ^{1/}	2016 Mai ^{1/}	2016 12 meses
Comércio varejista	-3,2	-2,8	0,4	-6,5
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-0,1	-3,6	-8,3
Hiper e supermercados	-1,2	-2,0	1,9	-3,3
Tecidos, vestuário e calçados	-9,9	-3,8	2,8	-11,0
Móveis e eletrodomésticos	-11,6	-5,4	-0,8	-14,7
Comércio ampliado	-9,4	-0,3	0,0	-10,0
Automóveis e motocicletas	-19,7	3,9	-0,0	-15,7
Material de construção	-8,7	-2,8	-0,7	-11,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do Paraná diminuiu 2,4% no primeiro trimestre do ano, em relação a igual período de 2015, ante retração de 5,4% no indicador nacional, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades)¹⁵. A análise de dados mais recentes indica acomodação do processo de retração da economia do estado, estimulada pela recuperação, ainda que modesta, da confiança dos agentes econômicos. Nesse contexto, em que as vendas do comércio e a atividade industrial registraram resultados positivos no trimestre encerrado em maio, o IBCR-PR cresceu 0,7% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando decrescera 0,9%, nesse tipo de comparação. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,7% em maio (-2,0% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado permaneceram estáveis no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuíram 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve aumentos nas vendas em quatro dos dez segmentos pesquisados (tecidos, vestuário e calçados, 2,8%; hipermercados e supermercados, 1,9%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 1,8%). O comércio varejista, excluída a estabilidade nas vendas de veículos e o recuo de 0,7% nas de material de construção, aumentou 0,4% no período (-2,8% no trimestre encerrado em fevereiro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado contraíram 10,0% em maio (-9,9% em fevereiro de 2016), mantendo-se na trajetória de desaceleração iniciada em setembro de 2014 (livros, jornais, revistas e papelaria, -19,3%; equipamentos e materiais para escritório, -18,6%). Excluídas as reduções nas vendas de veículos (15,7%) e de material de construção (11,3%), o comércio varejista retraiu 6,5% no período (-5,0% até fevereiro).

As vendas de automóveis e veículos comerciais realizadas no estado no trimestre encerrado em junho recuaram 1,1% em relação ao trimestre finalizado em março e 24,5% comparativamente a igual período de 2015, de acordo com a Fenabreve e o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv-PR).

15/O PIB paranaense recuou 2,8% no período de quatro trimestres encerrado em março de 2016, em relação aos quatro trimestres anteriores, período em que o PIB brasileiro contraiu 4,7%..

Tabela 5.16 – Volume de serviços – Paraná

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2015	2016		
		Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}
Total	-3,3	-1,6	-4,7	-3,5
Serviços prestados às famílias	-7,1	-6,5	-10,5	-7,0
Serviços de informação e comunicação	-3,0	-2,8	0,5	-2,1
Serviços profissionais e administrativos	-5,4	-6,3	-7,9	-4,4
Transportes e correio	-2,5	1,8	-8,0	-3,9
Outros serviços	-0,6	-1,7	2,1	-3,3

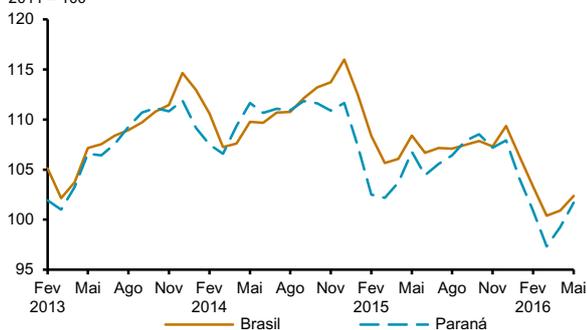
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.11 – Volume de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

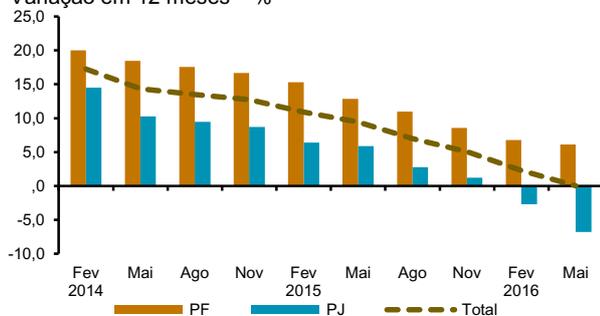
2011 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 5.12 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O volume do setor de serviços do Paraná diminuiu 3,5% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 0,9%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Considerados períodos de doze meses, o indicador decresceu 3,5% em maio (-3,4% em fevereiro), com destaque para a retração de 7,0% no segmento serviços prestados às famílias.

A evolução do mercado de crédito não corrobora perspectiva de reação do comércio ou do setor de serviços nos próximos meses. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no Paraná totalizou R\$206,5 bilhões em maio, apresentando recuo de 1,4% no trimestre e estabilidade em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados somaram R\$115,3 bilhões, variando -1,1% e 2,9%, respectivamente, e os realizados com recursos livres, R\$91,2 bilhões, recuando 1,8% no trimestre e 3,3% em doze meses.

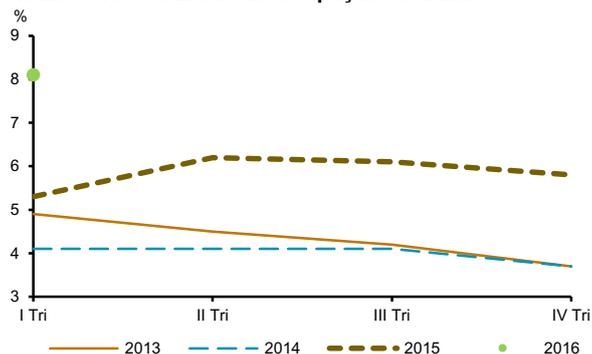
A carteira de pessoas físicas totalizou R\$115,7 bilhões, aumentando 0,9% no trimestre e 6,1% em doze meses, com destaque, no trimestre, para as modalidades financiamentos rurais e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$90,8 bilhões, recuando 4,1% e 6,8%, nas mesmas bases de comparação, com ênfase para as contratações, no trimestre, nas atividades outros serviços e indústria de transformação.

A taxa de inadimplência dessas operações situou-se em 3,65% em maio, aumentando 0,20 p.p. no trimestre e 1,11 p.p. em doze meses. A trajetória trimestral refletiu variações de -0,08 p.p. no segmento de pessoas físicas, para 3,16%, e de 0,57 p.p. no de pessoas jurídicas, para 4,27%.

Os desembolsos do BNDES para o Paraná totalizaram R\$4,3 bilhões no primeiro semestre, recuando 32,7% em relação a igual período de 2015 e 31,3% no intervalo de doze meses encerrado em junho.

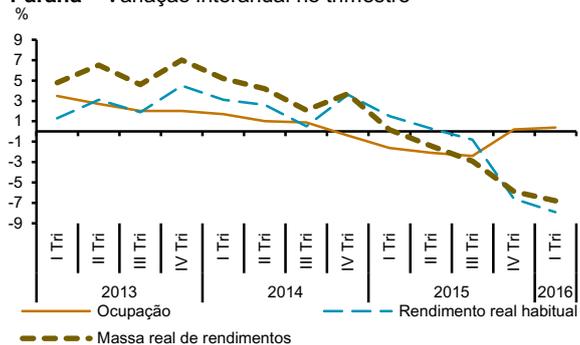
O índice de ICF, elaborado pela CNC e divulgado pela Fecomércio-PR, totalizou 81,3 pontos no trimestre encerrado em junho (80,4 pontos na avaliação de consumidores com renda até dez salários mínimos e 85,2 pontos na daqueles com renda superior). O ICF atingira 90,0 pontos e 106,1 pontos, respectivamente, no trimestre anterior e em igual período de 2015.

Gráfico 5.13 – Taxa de desocupação – Paraná



Fonte: IBGE (PNADC)

Gráfico 5.14 – Ocupação, rendimento e massa no Paraná – Variação interanual no trimestre



Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 5.17 – Evolução do emprego formal – Paraná

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	6,8	-29,4	-24,7	-46,1	-8,4
Indústria de transformação	-2,4	-17,2	-14,8	-17,4	-5,3
Comércio	2,6	-7,2	1,6	-11,6	-1,9
Serviços	4,2	-2,2	-4,5	-9,8	0,2
Construção civil	-0,7	-4,1	-6,2	-5,9	-1,8
Agropecuária	2,8	1,6	-0,8	-0,9	0,4
Serviços ind. de utilidade pública	-0,1	-0,2	0,0	-0,2	-0,1
Outros ^{2/}	0,3	-0,2	-0,1	-0,3	0,2

Fonte: MTPS

^{1/} Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

^{2/} Inclui extrativa mineral e administração pública.

O percentual de famílias endividadas¹⁶ atingiu, em média, 84,0% no segundo trimestre (85,2% no anterior e 87,8% em igual período de 2015), segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-PR para o município de Curitiba, com base em estatísticas da CNC. O percentual de famílias com faturas em atraso passou de 26,9% para 28,5%, na comparação interanual, e o tempo de atraso atingiu, em média, 63,3 dias.

O menor dinamismo da economia do estado nos últimos trimestres impactou os indicadores do mercado de trabalho. A taxa de desemprego, estimada pela PNAD Contínua, do IBGE, atingiu 8,1% no trimestre encerrado em março, ante 5,3% em igual período de 2015, repercutindo variações de 3,4% na força de trabalho e de 0,4% na população ocupada. O rendimento médio habitual real e a massa salarial real recuaram 7,9% e 6,8%, respectivamente, no período.

O mercado de trabalho paranaense registrou, de acordo com o Caged/MTPS, redução de 8,4 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em maio (6,8 mil em igual período de 2015), dos quais 5,3 mil na indústria de transformação, 1,9 mil no comércio e 1,8 mil na construção civil. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram eliminados 7,6 mil empregos formais no trimestre, dos quais 3,3 mil na indústria de transformação, 2,4 mil no setor de serviços e 1,0 mil no comércio.

No âmbito fiscal, o resultado primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná totalizou R\$1,4 bilhão no primeiro trimestre de 2016 (R\$325 milhões em igual período de 2015), com destaque para a reversão, de *deficit* de R\$86 milhões para *superavit* de R\$445 milhões, no resultado dos demais municípios.

A arrecadação do ICMS no Paraná atingiu R\$10,9 bilhões nos cinco primeiros meses de 2016, segundo a Cotepe, registrando aumento real de 0,2% em relação a igual período de 2015, considerando o IGP-DI como deflator. Na mesma base de comparação, as transferências da União ao estado e aos municípios diminuíram 10,8% em termos reais, totalizando R\$3,7 bilhões, de acordo com a STN.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$574 milhões no primeiro trimestre de 2016 e o resultado nominal, *superavit* de R\$785 milhões (R\$426

^{16/} São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, aquisições imobiliárias, prestações de automóveis e contratação de seguros.

Tabela 5.18 – Necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015 Jan-mar	2016 Jan-mar	2015 Jan-mar	2016 Jan-mar
Estado do Paraná	-325	-1359	426	574
Governo estadual	-276	-544	408	558
Capital	-134	-370	8	3
Demais municípios	86	-445	9	13

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.19 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2015 Dez	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2016 Mar	
		Nominal	Juros	Total ^{4/}	Outros ^{3/}	2016 Mar
	Estado do Paraná	19 115	-1359	574	- 785	15
Governo estadual	19 474	-544	558	14	-131	19 357
Capital	537	-370	3	-367	-42	128
Demais municípios	- 895	-445	13	-432	188	-1139

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

Tabela 5.20 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2016/2015
		2015	2016	
Grãos ^{3/}	76,2	37 535	36 256	-3,4
Soja	48,4	17 231	16 970	-1,5
Milho	16,7	15 776	14 815	-6,1
Trigo	6,0	3 303	3 401	3,0
Feijão	4,2	757	603	-20,4
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	7,7	50 444	50 825	0,8
Mandioca	3,6	4 302	3 700	-14,0
Fumo	3,5	178	149	-16,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

milhões e *deficit* de R\$101 milhões, respectivamente, no mesmo período de 2015).

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná atingiu R\$18,3 bilhões em março de 2016 (18,3% da dívida do Sul), reduzindo-se 4,0% em relação a dezembro de 2015.

Em relação à atividade agrícola, a safra de grãos do Paraná deverá recuar 3,4% em 2016, atingindo 36,3 milhões de toneladas (18,9% da produção do país), de acordo com o LSPA de junho do IBGE. Entre as principais culturas, estão projetadas retrações para as safras de soja (1,5%), com redução de 5,2% na produtividade; milho (6,1%), com redução de 22,7% na área cultivada na primeira safra e expansão de 15,9% na segunda; e feijão (20,4%), repercutindo retrações de 12,9% na área cultivada na primeira safra e de 1,7% na da segunda. A colheita de trigo deverá aumentar 3,0% no ano.

Considerando as demais culturas, estão projetados aumento de 0,8% para a produção de cana-de-açúcar e reduções para as de mandioca (14,0%), fumo (16,2%) e batata-inglesa (3,3%).

De acordo com estimativa da Seab/PR e do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral), divulgada em junho, a produção da segunda safra de milho no estado deverá recuar 1,0% e a de trigo, crescer 4,0%, no ano.

O VBP real¹⁷ das lavouras, calculado em junho pelo Mapa, deverá recuar 1,2% em 2016, destacando-se as projeções de aumentos para os relativos a trigo (13,1%), milho (9,1%), cana-de-açúcar (2,2%) e batata-inglesa (19,6%); e de recuos para os relacionados a soja (-2,6%), feijão (-11,2%), fumo (-22,8%) e mandioca (-26,0%).

Os abates de aves, suínos e bovinos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 2,7%, 10,8% e -11,2%, respectivamente, nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2015, representando, na ordem, 31,9%, 22,0% e 3,2% dos abates realizados no país. Os preços médios recebidos pelos produtores variaram, de acordo com a Seab/Deral, 17,4%, -13,3% e 5,5%, respectivamente, na mesma base de comparação.

O VBP real da pecuária deverá recuar 2,6% em 2016, segundo estimativa do Mapa realizada em junho.

17/Deflacionado pelo IGP-DI.

Gráfico 5.15 – Abates de animais – Paraná

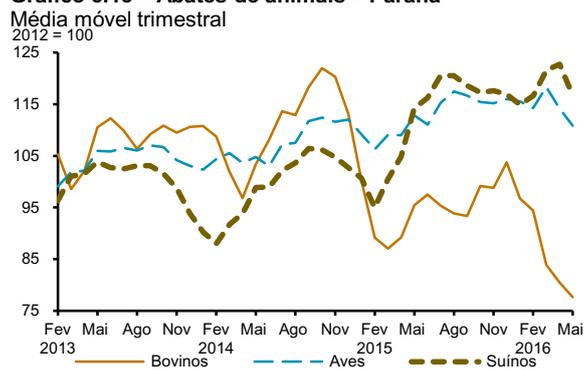


Gráfico 5.16 – Produção industrial – Paraná



Tabela 5.21 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016	Fev ^{2/}	Mai ^{2/}
Indústria geral	100,0	-3,3	0,4	-9,4
Produtos alimentícios	22,7	3,2	4,8	-0,2
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-5,9	-9,7	-4,5
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	13,1	-2,6	-26,3
Máquinas e equipamentos	6,7	-28,9	35,0	-22,7
Celulose e prod. papel	5,5	2,6	-2,9	2,7
Outros produtos químicos	4,7	-6,4	-6,7	-12,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Estão projetados decréscimos para os VBP dos itens frango (2,3%), bovinos (1,3%), leite (0,4%), suínos (5,1%) e ovos (10,8%), citados em ordem decrescente de participação no VBP da pecuária.

A produção da indústria paranaense aumentou 0,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia decrescido 3,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Houve acréscimos na produção em seis das treze atividades pesquisadas (máquinas e equipamentos, 35,0%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 13,4%; produtos alimentícios, 4,8%; coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, -9,7%; outros produtos químicos, -6,7%; celulose, papel e produtos de papel, -2,9%; veículos automotores, -2,6%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 9,4% em maio (-8,7% em fevereiro), ressaltando-se os decréscimos nas atividades veículos automotores, reboques e carrocerias (26,3%), móveis (22,8%), máquinas e equipamentos (22,7%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (21,3%).

As vendas reais da indústria paranaense recuaram 0,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando aumentaram 0,1%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as reduções nas vendas de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (8,9%), coque, refino de petróleo e produção de álcool (6,3%), produtos químicos (5,5%), produtos de madeira (4,9%) e fabricação e montagem de veículos (4,6%). No mesmo período, o número de horas trabalhadas na indústria variou 10,7%, o pessoal empregado, -1,1%, e o Nuci atingiu média de 70,2% (71,7% no trimestre finalizado em fevereiro).

A análise em doze meses indica que as vendas reais recuaram 6,8% em maio, em relação a igual período de 2015 (-7,3% em fevereiro), destacando-se as reduções nas relativas a máquinas e equipamentos (23,2%), produtos químicos (22,2%) e veículos automotores (17,8%).

As vendas de caminhões e ônibus no Paraná totalizaram 1,46 mil unidades no trimestre encerrado em junho (reduções respectivas de 1,0% e 25,1% em relação ao trimestre finalizado em março de 2016 e a igual período de 2015), de acordo com a Fenabreve-PR e Sincodiv-PR.

O Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICIT-PR) atingiu 46,5 pontos em junho (37,6 pontos em março e 35,8 pontos em igual período de 2015). Ressalte-se que, embora permanecendo na área de pessimismo pelo vigésimo nono mês consecutivo, o indicador registrou recuperação importante no trimestre, reflexo de elevações respectivas de 5,5 pontos e 11,2 pontos no Índice de Condições Atuais (ICA) e no Índice de Expectativas (IE), que situaram-se em 36,4 pontos e 52,1 pontos, respectivamente.

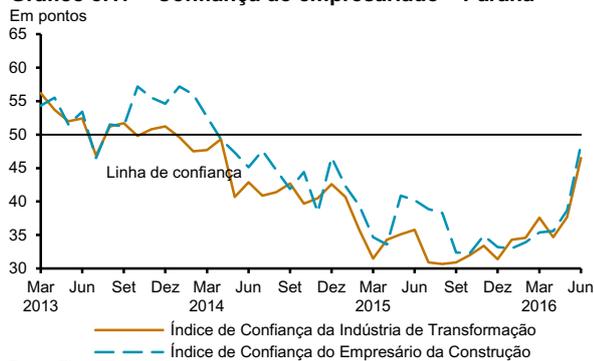
O Índice de Confiança do Empresário da Construção (ICEC-PR) situou-se em 48,5 pontos em junho (35,4 pontos em março e 40,2 pontos em igual período de 2015), persistindo na área de pessimismo pelo vigésimo sexto mês consecutivo mas evidenciando, também, melhora expressiva na margem. Os componentes do ICEC-PR – ICA e IE – aumentaram 2,1 pontos e 18,5 pontos, respectivamente, no trimestre, atingindo, na ordem, 33,3 e 56,0 pontos.

A Prefeitura Municipal de Curitiba emitiu 8,7 mil certificados de conclusão de unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais, no segundo trimestre de 2016 (variações de 41,1% e de -33,6%, respectivamente, em relação ao trimestre anterior e a igual período de 2015); e concedeu 6,2 mil alvarás de construção imobiliária (variações respectivas de 109,2% e -11,2%, nas mesmas bases de comparação). Os preços dos imóveis em Curitiba recuaram 2,2% em 2016, de acordo com o Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados.

As relações de comércio exterior têm contribuído para atenuar a redução do dinamismo econômico na região. A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$2,8 bilhões no primeiro semestre de 2016, ante US\$770 milhões em igual período de 2015, reflexo de variações de 7,1% nas exportações e de -22,6% nas importações, que somaram US\$7,9 bilhões e US\$5,1 bilhões, respectivamente.

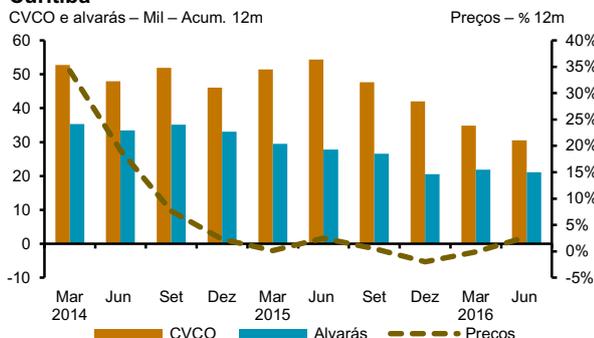
O desempenho das exportações, repercutindo variações de 11,7% no *quantum* e de -7,1% nos preços, refletiu aumentos nas vendas de produtos básicos, 12,8% (soja mesmo triturada, 24,2%; milho em grãos, 64,5%) e nas de produtos manufaturados, 1,6% (automóveis de passageiros, 46,9%, veículos de carga, 177,9%); e o recuo de 1,6% nas de semimanufaturados (açúcar de cana em bruto, -9,8%; óleo de soja em bruto, -7,7%). As exportações para a China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 43,9% dos embarques do estado no semestre, destacando-se o aumento de 26,1% nas vendas de soja, mesmo triturada, para a China.

Gráfico 5.17 – Confiança do empresariado – Paraná



Fonte: Fiep

Gráfico 5.18 – Evolução do mercado imobiliário em Curitiba



Fonte: PMC e Fipe.

Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	7 344	7 869	7,1	-4,3
Básicos	3 848	4 340	12,8	-6,3
Industrializados	3 496	3 529	0,9	-2,5
Semimanufaturados	743	731	-1,6	0,1
Manufaturados ^{1/}	2 753	2 798	1,6	-3,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.23 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	6 574	5 089	-22,6	-27,7
Bens de capital	979	726	-25,8	-18,6
Bens Intermediários	4 181	3 373	-19,3	-25,6
Bens de consumo	916	572	-37,6	-26,4
Duráveis	441	176	-60,1	-47,6
Automóveis de passageiros	353	134	-62,0	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	476	396	-16,8	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	498	417	-16,2	-48,0
Petróleo	364	128	-64,9	-47,0
Demais	134	290	115,8	-48,4
Bens não especificados	0	0	-	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.24 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,91	2,89	2,13	1,49
Livres	76,6	1,42	2,96	2,33	1,66
Comercializáveis	36,9	2,12	3,46	2,67	1,42
Não comercializáveis	39,7	0,78	2,50	2,01	1,89
Monitorados	23,4	3,56	2,66	1,55	0,91
Principais itens					
Alimentação	24,6	1,51	4,04	4,38	2,66
Habitação	16,9	5,65	1,28	-0,85	0,47
Artigos de residência	4,3	2,00	1,70	2,08	-1,00
Vestuário	7,0	1,06	2,99	1,10	1,63
Transportes	19,2	0,86	4,51	1,84	-0,57
Saúde	11,5	0,52	1,86	2,19	4,98
Despesas pessoais	9,8	1,23	2,56	2,50	1,59
Educação	3,4	1,32	1,09	7,68	0,37
Comunicação	3,4	0,56	1,78	-1,02	1,80

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

A retração das importações, consistente com a perda de dinamismo da economia do estado, repercutiu reduções de 11,9% nos preços e de 10,3% no *quantum*. Ocorreram recuos nas aquisições em todas as categorias de uso, destacando-se as relacionadas a bens de consumo, 37,6% (móveis e suas partes, -17,5%) e a bens de capital, 25,8% (veículos de carga, -39,3%, bombas, compressores, ventiladores e suas partes, -27,2%). As importações provenientes da China, EUA e Argentina representaram, em conjunto, 37,1% das compras externas do estado no primeiro semestre de 2016, destacando-se as reduções nas aquisições de óleos brutos de petróleo originários da Nigéria (61,4%), e de outros veículos automóveis com motor diesel oriundos da Argentina (28,2%).

O IPCA da RMC variou 1,49% no segundo trimestre de 2016 (2,13% no primeiro), resultado de desacelerações dos preços livres, de 2,33% para 1,66%, e dos preços monitorados, de 1,55% para 0,91%. Destacaram-se os impactos das variações de preços nos grupos alimentação e bebidas (0,65 p.p.) e saúde e cuidados pessoais (0,55 p.p.).

A trajetória dos preços livres repercutiu desacelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 2,67% para 1,42% (etanol, -9,60%; alcatra, -9,46%; filé-mignon, -7,68%; automóvel novo, 3,31%; cigarro, 11,74%; leite longa vida, 26,44%), e dos não comercializáveis, de 2,01% para 1,89% (passagem aérea, -25,95%; refeição fora do domicílio, 3,88%).

A redução na variação dos preços dos bens monitorados repercutiu, em especial, o impacto dos recuos de 2,78% e 1,44% nos preços dos itens gasolina e gás de botijão, mitigado pelos efeitos dos aumentos nos itens taxa de água e esgoto, 10,48%, e produtos farmacêuticos, 10,59%. O índice de difusão atingiu média de 55,4% no trimestre encerrado em junho (62,3% no finalizado em março e 64,0% em igual período de 2015).

A evolução recente dos principais indicadores econômicos do estado sugere acomodação do processo de retração da atividade local. A retomada da economia paranaense segue dependente, no entanto, da continuidade da melhora da confiança dos agentes econômicos; da manutenção do dinamismo do comércio externo; e dos efeitos favoráveis do processo de ajuste macroeconômico em curso no país.

Tabela 5.25 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul
Março de 2016

Discriminação	Var. %	
	I trim. 2016 / I trim. 2015	Acum. 4 trim.
PIB	-4,3	-3,9
Impostos	-4,9	-7,6
VAB	-4,2	-3,3
Agropecuária	-8,1	8,8
Indústria	-6,3	-10,4
Serviços	-2,5	-2,6

Fonte: FEE

Gráfico 5.19 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2002 = 100

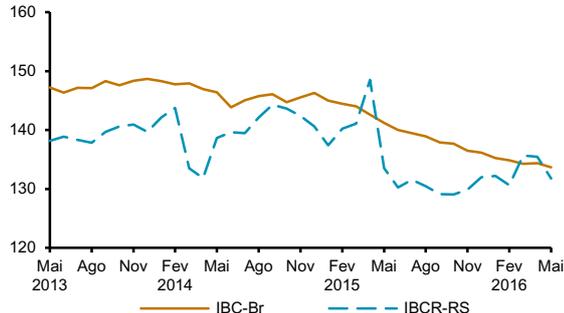
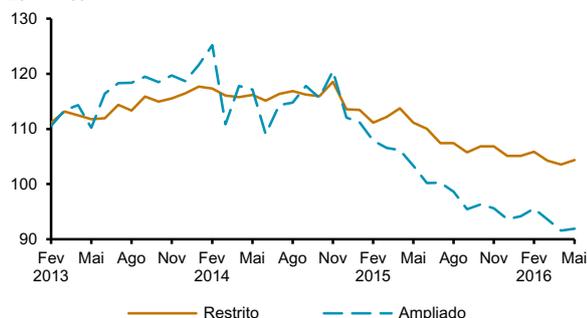


Gráfico 5.20 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.26 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul
Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-6,1	-1,0	-1,3	-7,2
Combustíveis e lubrificantes	-8,9	-5,1	-1,6	-13,0
Hiper e supermercados	-4,3	-0,7	-1,0	-5,3
Tecidos, vestuário e calçados	-11,5	2,3	-1,9	-12,7
Móveis e eletrodomésticos	-14,3	-3,1	-2,7	-14,0
Comércio varejista ampliado	-13,2	-1,4	-2,2	-14,1
Automóveis e motocicletas	-27,9	-3,2	-0,3	-29,6
Material de construção	-7,3	0,6	-5,1	-8,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Rio Grande do Sul

O PIB do estado recuou 4,3% no primeiro trimestre de 2016, ante igual período de 2015, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), repercutindo retrações na agropecuária (8,1%), indústria (6,3%) e no setor de serviços (2,5%). Dados relativos ao trimestre encerrado em maio indicam recuos da produção industrial e das vendas do comércio, em cenário de continuidade da distensão no mercado de trabalho, contração das operações de crédito e reduzida – ainda que mostrando relativa estabilidade na margem – confiança dos agentes econômicos. Mesmo nesse contexto, o impacto da concentração de colheitas favoreceu a evolução do IBCR-RS, que aumentou 2,0% em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando havia crescido 1,7%, na mesma base de comparação. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 6,3% em maio (-3,5% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado recuaram 2,2% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando diminuíram 1,4%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE (equipamentos de informática e comunicação, -13,3%; material de construção, -5,1%; móveis e eletrodomésticos, -2,7%). Excluídas as variações nas vendas de automóveis (-0,3%) e de material de construção, o comércio varejista retraiu 1,3% no período (-1,0% em fevereiro).

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 14,1% em maio (-13,4% em fevereiro). Houve recuos em nove das dez atividades pesquisadas, mais intensos nas de maior valor agregado, mais dependentes do crédito (veículos, -29,6%; móveis e eletrodomésticos, -14,0%). As vendas do comércio varejista diminuíram 7,2% e 6,2%, respectivamente, nos períodos mencionados.

A comercialização de automóveis e veículos comerciais leves no estado somou 57,2 mil unidades no primeiro semestre de 2016, segundo a Fenabreve, recuando 24,8% em relação a igual período de 2015 e atingindo o menor patamar do período desde 1997. Essas vendas atingiram 132,3 mil unidades no intervalo de doze meses até junho, recuando 31,3% em relação a igual período de 2015.

O volume de serviços no estado recuou 2,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando decrescera 1,4%, esse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O

Tabela 5.27 – Volume de serviços – Rio Grande do Sul
Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

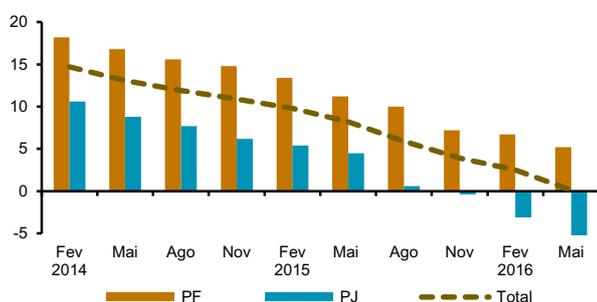
Segmentos	Var. %			
	2015	2016		
	Ano	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Total	-4,2	-5,4	-5,3	-5,1
Serviços prestados às famílias	-7,9	-2,9	-4,8	-6,6
Serviços de informação e comunicação	2,7	-1,1	-1,1	0,2
Serviços profissionais e administrativos	-5,9	-7,6	-9,1	-7,9
Transportes e correios	-9,9	-9,5	-8,8	-9,2
Outros serviços	-8,8	-11,8	-5,1	-10,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5.21 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.28 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-10,9	-44,6	-18,9	-21,0	-18,4
Indústria de transformação	-2,6	-24,1	-18,1	-9,2	-2,9
Comércio	-0,8	-9,1	3,6	-4,8	-3,9
Serviços	1,9	-6,9	-4,6	-8,1	-2,1
Construção civil	-2,5	-4,6	-3,3	-3,5	-1,8
Agropecuária	-7,1	0,4	3,8	5,2	-8,0
Serviços ind. de utilidade pública	-0,2	-0,1	0,0	0,1	0,0
Outros ^{2/}	0,5	-0,1	-0,2	-0,7	0,2

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

indicador retraiu 5,3% em relação a igual período de 2015 (serviços profissionais e administrativos, -9,1%; transportes e correios, -8,8%;) e, considerados intervalos de doze meses, variou -5,1% em maio (outros serviços, -10,4%; transportes e correios, -9,2%).

No mercado de crédito, o saldo das operações superiores a R\$1 mil contratadas no estado totalizou R\$197,2 bilhões em maio, variando -0,3% no trimestre e 0,1% em doze meses. As operações com recursos direcionados somaram R\$106,1 bilhões, com alterações respectivas de -0,6% e de 0,8%, e as realizadas com recursos livres, R\$91,1 bilhões, recuando 0,1% no trimestre e 0,7% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas somou R\$118,2 bilhões, elevando-se 0,8% no trimestre e 5,2% em doze meses, destacando, na avaliação trimestral, o crescimento das modalidades de financiamentos rurais, financiamentos imobiliários e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$79,0 bilhões, com recuos de 2,0% e 6,7%, nas mesmas bases de comparação, ressaltando, no trimestre, a redução no saldo das operações com a indústria de transformação, em especial nos segmentos de peças e acessórios para automotores, e máquinas e equipamentos, e com o comércio, ressaltando comércio atacadista, exceto veículos e motocicletas.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,4% em maio, mantendo-se estável no trimestre e aumentando 0,5 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu variações de -0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,3 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu 3,1% e 4%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o estado somaram R\$3,7 bilhões no primeiro semestre de 2016 e R\$7,7 bilhões no período de doze meses encerrado em junho, recuando 29,3% e 40,3%, respectivamente, em relação a iguais períodos em 2015.

O Icec, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), atingiu 82,8 pontos no segundo trimestre de 2016 (82,7 pontos no trimestre anterior e 81,8 pontos em igual período de 2015). A estabilidade registrada pelo Icec no trimestre (em patamar inferior a 100 pontos, indicativo de falta de confiança dos empresários) repercutiu piora na avaliação da situação atual, estabilidade nas expectativas para os próximos seis meses e melhora nas perspectivas de investimentos.

Gráfico 5.22 – Taxa de desocupação – RS

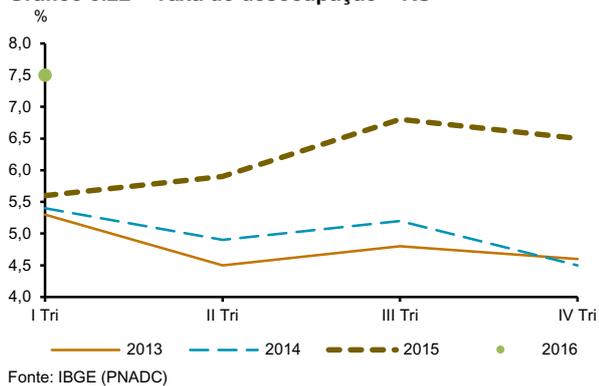


Tabela 5.29 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
RS	-1 806	-607	1 595	2 127
Governo estadual	-982	-608	1 590	2 123
Capital	-5	-9	11	14
Demais municípios	-819	11	-6	-10

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

Tabela 5.30 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/}
		2015	Outros ^{4/}			
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Mar	
RS	68 912	-607	2 127	1 520	-544	69 889
Governo estadual	68 408	-608	2 123	1 515	-690	69 233
Capital	660	-9	14	5	203	868
Demais municípios	-156	11	-10	1	-57	-212

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

O índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado pela CNC e divulgado pela Fecomércio-RS, totalizou 63,8 pontos no trimestre encerrado em junho (60,5 pontos na avaliação de consumidores com renda até dez salários mínimos e 77,5 pontos na daqueles com renda superior). O ICF atingira 68,6 pontos e 92,6 pontos, respectivamente, no trimestre anterior e em igual período de 2015.

O percentual de famílias endividadas¹⁸ atingiu, em média, 64,6% no segundo trimestre (66,2% no anterior e 53,6% em igual de 2015), segundo a PEIC, elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em estatísticas da CNC. O percentual de famílias com faturas em atraso passou de 20,4% para 27,4%, na comparação interanual, e o tempo de atraso atingiu, em média, 61 dias.

O mercado de trabalho gaúcho, refletindo o reduzido dinamismo da atividade econômica, registrou a eliminação de 18,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (-10,9 mil em igual trimestre de 2015), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os cortes na agropecuária (8 mil), resultado de demissões sazonais em lavouras permanentes, no comércio (3,9 mil) e no setor de serviços (2,1 mil), segmento que havia gerado 1,9 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio de 2015. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal retraiu 1,0% no estado, no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia diminuído 0,7%, na mesma base de comparação, destacando-se as reduções na indústria de transformação (1,9%) e na construção (2,3%).

A taxa de desemprego, divulgada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, atingiu 7,5% no trimestre encerrado em março, ante 5,6% em igual período de 2015, repercutindo crescimento de 1,4% na PEA e redução de 0,6% na população ocupada. O rendimento médio habitual real e a massa salarial real recuaram 3,0% e 3,4%, respectivamente, no trimestre.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul atingiu R\$607 milhões no primeiro trimestre de 2016 (R\$1,8 bilhão em igual período de 2015), com destaque para a reversão, de *superavit* de R\$819 milhões para *deficit* de R\$11 milhões, na esfera dos principais municípios. Os juros nominais somaram R\$2,1 bilhões e o resultado

18/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnê de lojas, empréstimo pessoal, aquisições imobiliárias, compras de automóveis e contratação de seguros.

Tabela 5.31 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

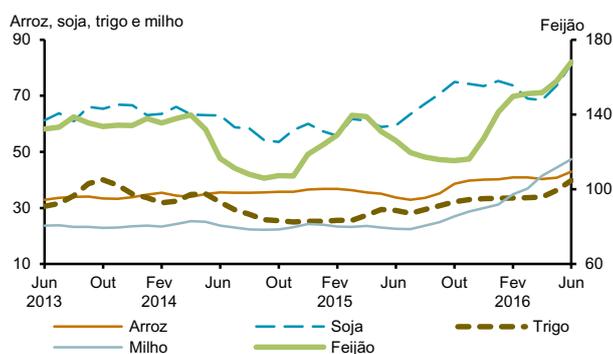
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2016/2015
		Produção ^{2/}		
		2015	2016	
Grãos	74,4	31 894	31 717	-0,6
Soja	45,3	15 700	16 294	3,8
Arroz	18,5	8 679	7 817	-9,9
Milho	7,1	5 634	4 743	-15,8
Trigo	2,2	1 392	2 166	55,6
Feijão	0,8	96	89	-7,3
Outras lavouras				
Fumo	9,8	415	326	-21,4
Mandioca	3,7	1 150	1 109	-3,6
Uva	2,3	876	416	-52,5
Maçã	2,2	599	485	-18,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

Gráfico 5.23 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)

Fonte: Emater

Tabela 5.32 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul
Maio de 2016

Discriminação	Produção	Variação % no ano	
		Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates ^{1/}			
Bovinos	15,3	9,1	19,4
Suínos	9,1	-0,9	-0,9
Aves ^{2/}	11,2	10,9	11,6
Leite ^{3/}	-4,6	-	15,9

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até março/2016. Preços até maio/2016.

nominal, *deficit* de R\$1,5 bilhão, no período (R\$1,6 bilhão e *superavit* de R\$211 milhões, respectivamente, no primeiro trimestre de 2015).

A arrecadação de ICMS totalizou R\$12,5 bilhões nos cinco primeiros meses do ano, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe) do Ministério da Fazenda e a secretaria da fazenda estadual. O aumento real¹⁹ de 1,7%, em relação a igual período de 2015, repercutiu, em especial, a elevação das alíquotas.

No mesmo período, as transferências da União para o estado somaram R\$3,5 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com retração real de 12,3% em relação a igual período de 2015.

A dívida líquida do estado atingiu R\$69,9 bilhões em março, aumentando 1,4% em relação a dezembro de 2015, e correspondendo a 69,7% do endividamento do Sul.

A atividade agrícola gaúcha foi afetada pelas condições climáticas adversas registradas no segundo trimestre. A safra de grãos de 2016 está estimada em 31,7 milhões de toneladas (16,5% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho do IBGE, implicando recuo anual de 0,6%. A quebra de safra considera estimativas de retrações para as produções de milho (15,8%) e de arroz (9,9%), e de aumento de 3,8% para a de soja, com safra recorde de 16,3 milhões de toneladas. Dentre as demais culturas, ressaltam-se as reduções estimadas para as produções de uva (52,6%), fumo (21,4%) e maçã (18,9%).

As cotações médias de milho, trigo, soja, feijão e arroz aumentaram, na ordem, 69%, 29,8%, 24,6%, 16,7%, e 14,8% no primeiro semestre de 2016, em relação ao mesmo período de 2015, segundo a Emater/RS.

O VBP real dos principais produtos agrícolas gaúchos, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 2,7% em 2016, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em junho. Destacam-se as variações projetadas para os VBP de arroz (-15,1%), milho (1,1%), soja (7,9%) e trigo (71,7%).

Os abates de bovinos, aves e suínos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, aumentaram, na ordem, 15,3%, 11,2% e 9,1%, nos cinco primeiros meses de 2016, em relação a igual período de 2015, correspondendo, na ordem, a 2,9%, 14,7% e 21,5% dos abates no país,

19/Considerado o IGP-DI como deflator.

Gráfico 5.24 – Abates de animais – Rio Grande do Sul

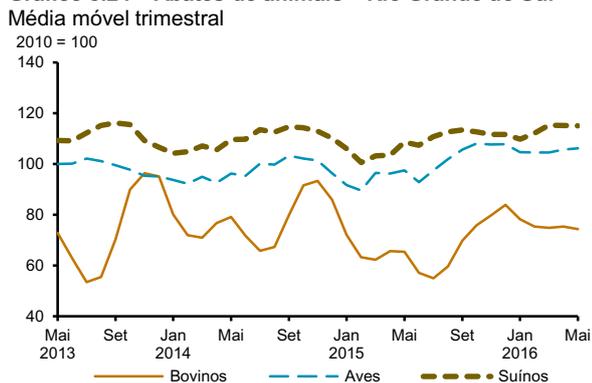


Gráfico 5.25 – Produção industrial – Rio Grande do Sul



Gráfico 5.26 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul



Tabela 5.33 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2016		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	2,9	-3,6	-10,2
Produtos alimentícios	16,4	1,7	-2,1	1,6
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	1,8	7,1	-33,2
Máquinas e equipamentos	12,0	-2,6	-1,2	-22,9
Outros produtos químicos	10,3	4,3	-6,4	-1,3
Artef. couro e calçados	8,9	6,7	-0,6	-4,2
Produtos de metal	8,5	-0,7	-7,0	-9,1
Produtos de borracha e plástico	5,0	0,5	-3,6	-10,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

segundo o Mapa. Na mesma base de comparação, os preços médios variaram 19,4%, 11,6% e -0,9%, respectivamente, conforme a Emater/RS e o CEPEA/USP, e as respectivas quantidades exportadas, impulsionadas pelas vendas para Hong Kong e China, variaram 9,1%, 10,9% e -0,9%, de acordo com o MDIC.

A produção gaúcha de leite (13,8% do total nacional) decresceu 4,6% no primeiro trimestre de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015, segundo o IBGE. O preço do produto aumentou 15,9% nos cinco primeiros meses de 2016, ante igual período de 2015, conforme a Emater/RS.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 7,6% em 2016, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em junho. Estão projetados decréscimos nos VBP de suínos (21,8%), leite (11,7%), frango (3,8%), ovos (1,1%) e bovinos (0,3%).

A produção da indústria do Rio Grande do Sul recuou 3,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 2,9%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE (produtos de metal, -7,0%; outros produtos químicos, -6,4%).

Considerados períodos de doze meses, a indústria gaúcha contraiu 10,2% em maio (-10,4% em fevereiro), repercutindo recuos em doze das catorze atividades pesquisadas (indústria automotiva, -33,2%; máquinas e equipamentos, -22,9%). A produção de celulose, repercutindo ampliação da capacidade instalada de importante unidade, aumentou 78,8% no período.

O Índice de Desempenho Industrial (IDI) recuou 1,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro (-1,4%), conforme estatísticas dessazonalizadas da Fiergs, destacando-se a redução de 3,5% no faturamento real. O Nuci atingiu média de 78,8% no trimestre encerrado em maio (78,7% no finalizado em fevereiro), de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o IDI recuou 8,7% em maio (-8,6% em fevereiro).

O Icei atingiu média de 42,6 pontos no segundo trimestre, segundo a Fiergs (39,1 pontos no primeiro trimestre e 39 pontos em igual período de 2015), repercutindo, em especial, a elevação de 6,8 pontos no componente que avalia as perspectivas para a economia brasileira. O Icei

Tabela 5.34 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2016		12 meses
	Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
IDI	-1,4	-1,9	-8,7
Compras industriais	-5,4	0,4	-13,5
Faturamento	-2,2	-3,5	-12,1
Emprego industrial	-2,0	-2,2	-8,2
Horas trabalhadas	-0,6	-1,1	-7,6
Massa salarial	-1,9	-3,4	-10,3
Nuci ^{1/}	78,7	78,8	78,5

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.35 – Exportação por fator agregado – FOB Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	8 050	7 699	-4,4	-4,3
Básicos	4 436	4 082	-8,0	-6,3
Industrializados	3 614	3 617	0,1	-0,2
Semimanufaturados	549	795	44,9	0,1
Manufaturados ^{1/}	3 065	2 822	-7,9	-0,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.36 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões		
	Valor		
	2015	2016	Var. %
Agricultura e pecuária	2 305	2 139	-7,2
Indústria de transformação ^{1/}	5 734	5 545	-3,3
Alimentos e bebidas	1 865	1 660	-11,0
Produtos químicos	851	820	-3,6
Fumo	629	579	-7,9
Calçados e couros	485	486	0,2
Veículos	462	430	-6,9
Máquinas e equipamentos	412	358	-13,1
Celulose, papel e prod de papel	60	343	471,7
Produtos de metal	185	178	-3,8
Borracha e plástico	168	152	-9,5
Móveis	91	82	-9,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Itens selecionados.

da construção atingiu 38,0 pontos no trimestre (33,4 no trimestre anterior e 37,7 pontos em igual intervalo do ano anterior), com destaque para a melhora nas expectativas para os próximos seis meses.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 2,4 mil unidades no primeiro semestre, segundo a Fenabreve, recuando 31,9% em relação a igual intervalo de 2015. Em doze meses até junho, foram comercializadas 5,2 mil unidades (9,6 mil em igual período de 2015).

A balança comercial do Rio Grande do Sul foi superavitária em US\$4 bilhões no primeiro semestre (US\$2,9 bilhões no mesmo período de 2015), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$7,7 bilhões e as importações, US\$3,7 bilhões, reduzindo-se 4,4% e 29,0% respectivamente, no período.

A evolução das exportações resultou de variações de -12,3% nos preços e de 9,1% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos (53% do total) recuaram 8,0% (soja, -4,8%; fumo, -7,6%) e os de produtos manufaturados (36,7% do total), 7,9% (partes e peças para veículos, -8,6%). Em contrapartida, as vendas externas de semimanufaturados (10,3% do total) aumentaram 44,9% (celulose, 757,2%, em especial para a China, Itália e EUA).

As exportações para a China, EUA e Argentina representaram, em conjunto, 41,4% das vendas externas do estado no semestre, destacando-se o recuo nos embarques de partes e peças para veículos para a Argentina (20,6%) e o aumento nos relativos a celulose para a China (959,2%) e para os EUA (703,2%).

A trajetória das importações refletiu diminuições de 13,9% no *quantum* e de 17,6% nos preços. Houve retrações em todas as categorias de uso: matérias-primas e produtos intermediários, que representaram 58% do total exportado pelo estado no semestre, 24,4% (naftas, -27,5%; adubos e fertilizantes, -7,3%; partes e peças para veículos; -30,8%); bens de consumo duráveis, 22,2% (automóveis, -19,8%); combustíveis, 42,4%; bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 13,3% (cebolas, -10,7%); e bens de capital, 36,0% (veículos de carga, -31,9%).

As importações provenientes da Argentina, China e EUA responderam, em conjunto, por 41,9% das compras do estado no primeiro semestre de 2016, destacando-se as reduções nas aquisições de veículos de carga e automóveis originários da Argentina (32,3% e 12,7%, respectivamente),

Tabela 5.37 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	RS		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	5 164	3 664	-29,0	-27,7
Bens de capital	959	614	-36,0	-18,6
Bens Intermediários	2 810	2 124	-24,4	-25,6
Bens de consumo	501	411	-18,0	-26,4
Duráveis	257	200	-22,2	-47,6
Automóveis de passageiros	232	186	-19,8	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	243	211	-13,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	894	515	-42,4	-48,0
Petróleo	779	501	-35,7	-47,0
Demais	115	14	-87,8	-48,4
Bens não especificados	0	0	-	29,1

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.38 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,66	2,60	3,23	1,85
Livres	75,6	1,70	2,34	3,12	2,08
Comercializáveis	37,3	1,74	2,07	3,42	2,75
Não comercializáveis	38,3	1,65	2,60	2,84	1,44
Monitorados	24,4	1,54	3,42	3,57	1,12
Principais itens					
Alimentação	27,2	2,40	4,33	4,77	2,83
Habitação	14,3	2,44	1,84	3,18	-0,20
Artigos de residência	4,7	2,80	0,78	2,19	2,07
Vestuário	6,2	-1,19	3,06	0,65	2,97
Transportes	18,0	1,01	3,28	3,14	-0,26
Saúde	11,2	2,02	1,68	2,39	4,97
Despesas pessoais	10,4	1,31	0,68	2,17	2,15
Educação	4,4	1,58	0,50	7,10	0,55
Comunicação	3,6	0,21	2,47	-0,51	2,57

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

e de partes e peças para veículos, dos EUA (7,2%) e da China (38,5%).

O IPCA da RMPA variou 1,85% no segundo trimestre, ante 3,23% no primeiro, evolução decorrente de desacelerações dos preços livres, de 3,12% para 2,08%, e dos monitorados, de 3,57% para 1,12% (energia elétrica residencial, -4,66%; gasolina, -4,38%).

O comportamento dos preços livres repercutiu reduções nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 3,42% para 2,75% (etanol, -10,83%; leites e derivados, 17,20%), e dos bens não comercializáveis, de 2,84% para 1,44% (frutas, -16,78%; alimentação fora do domicílio, 3,38%).

O índice de difusão atingiu 58,2% no segundo trimestre do ano (69,8% no primeiro e 61,8% em igual período de 2015).

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da RMPA variou 9,66% em junho, ante 10,19% até março. A variação dos preços monitorados recuou de 12,02% para 9,98% e a dos preços livres, de 9,61% para 9,56% (comercializáveis, de 10,44% para 10,35%; não comercializáveis, de 8,82% para 8,80%).

A economia gaúcha persistiu em trajetória recessiva no trimestre encerrado em maio, em cenário de continuidade de distensão no mercado de trabalho e piora nas condições do mercado de crédito. Nesse contexto, as perspectivas para a economia local nos próximos trimestres estão condicionadas pela melhora da confiança dos agentes econômicos, que mostrou relativa estabilidade na margem; pelos efeitos do processo de ajuste macroeconômico em curso no país; e pelo impacto do recente acordo para pagamento da dívida com a União nos próximos dois anos.